

A INCLUSÃO DO SURDO NA UNIVERSIDADE – MITO OU REALIDADE?

Maria Cecília de Moura
Pontifícia Universidade Católica-SP
alce55@uol.com.br

Kathryn M. Pacheco Harrison
Pontifícia Universidade Católica-SP
kathy_harrison@terra.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir se o que é colocado pelo Decreto de Lei número 5.626 (22/12/2005), que regulamenta a lei sobre a língua brasileira de sinais (Lei Federal nº10436, de 24/04/2002) e a Lei de Acessibilidade (nº. 10.098 de 19/12/2000), que dita que as Universidades deverão estar aptas a receberem alunos Surdos, está sendo obedecida. A questão que se coloca no panorama atual é: a inclusão dos Surdos na Universidade ocorre de forma efetiva? Após trabalho de um ano numa Universidade, junto a professores, alunos Surdos e intérpretes, verificou-se que se está muito longe ainda de se conseguir uma real inclusão e que muitas decisões devem ser tomadas e ações realizadas para que se possa verdadeiramente conseguir que essa inclusão seja verdadeira. Conclui-se que a simples presença do intérprete na sala de aula é condição necessária, mas não suficiente para que o Surdo possa ter seus direitos respeitados. **Palavras-chave:** inclusão na universidade, surdos, intérpretes de língua de sinais, lei de libras.

Abstract: This article discusses whether Decree 5626 (12/22/2005) referring to Brazilian Sign Language (Federal Law 10436 – 04/23/2002) and Accessibility Law 10098 – (12/19/2000) that requires Universities to be equipped to receive deaf students is being followed. The question is whether deaf inclusion in universities actually occurs. After a year working

with teachers, deaf students and interpreters at a university, we have concluded that the university is far from achieving real inclusion and that many more decisions must be taken and actions made in order to meet genuine inclusion. It concludes by confirming that the presence of the interpreter in the classroom is necessary, however, it is not sufficient for the Deaf to have their rights fully respected.

Keywords: university inclusion, deaf people, sign language interpreters, libras law.

1. Introdução

A utilização da língua de sinais na educação e habilitação do Surdo foi alvo de muitos estudos nos últimos anos, principalmente após a constatação por *Stokoe* (1960/1978), em 1960, de que, tanto em relação a sua estruturação interna como de sua gramática, ela tinha valor lingüístico semelhante às línguas orais e cumpria as mesmas funções, com possibilidades de expressão em qualquer nível de abstração. Em países como a Suécia, a Dinamarca e a Finlândia ela vem sendo usada na educação com Surdos há aproximadamente vinte anos. No Brasil, os estudos sobre a língua de sinais são ainda mais recentes (QUADROS, 1997, 2006, 2007, 2008, 2009; LODI, 2004; LACERDA; NAKAMURA; LIMA, 2000) e o uso da língua de sinais na educação do Surdo iniciou-se com a introdução da Comunicação Total na década de setenta (YOSHIOKA, M.C.; SPINELLI, M.; TEIXEIRA, V.; MOURA, M. C., 1981).

Na verdade, foi o movimento multicultural na década de oitenta que trouxe em seu bojo a luta dos Surdos para que sua língua fosse respeitada, assim como a sua cultura (MOURA, 2000).

Como resultado deste movimento foi que se verificou, no Brasil, desde o mesmo período, o fortalecimento da comunidade Surda que, por meio de suas associações e principalmente de sua federação – FENEIS¹ -, passou a requisitar que a língua de sinais passasse a ser usada na educação com os Surdos como parte de uma filosofia

que prega a compreensão do Surdo não como deficiente, mas como diferente e pertencente a um grupo lingüístico minoritário (Andersson, 1994). Esse movimento teve o respaldo da comunidade científica que, por meio de pesquisas e artigos científicos, validou o desejo, transformando-o em necessidade a ser atendida.

O conjunto dessas ações resultou na elaboração e na votação das leis nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 que, aprovadas, foram regulamentadas pelo decreto 5.626/05. Essa regulamentação exige agora que novas bases teóricas e formas práticas de atuação sejam revistas para que a ação exigida pela lei possa ser cumprida.

Sabe-se que apenas uma mudança total dos paradigmas possibilitará que uma modificação real tome corpo e possa tornar a lei efetiva. As Universidades deverão se adaptar a essa nova realidade desde que a lei estabelece várias normas a serem seguidas.

O decreto 5626/05, por exemplo, no capítulo II – Da Inclusão da LIBRAS como Disciplina curricular - coloca que:

Art. 3º - A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º. Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º. A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação

profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

A introdução da LIBRAS como disciplina curricular na Universidade traz mais do que apenas o ensino de uma língua, pois há a necessidade de que todos os envolvidos nessa aprendizagem compreendam a especificidade do Surdo, não apenas com relação à sua língua, mas também com relação à sua cultura e forma de estar na sociedade. Apenas a compreensão desses aspectos possibilitará uma atuação que contemple a singularidade dos sujeitos Surdos.

Temos que ressaltar que o universo de Surdos que freqüentam a Universidade é pautado por particularidades que devem ser contempladas por todos aqueles envolvidos no trabalho educacional: professores e intérpretes. Muitos Surdos não têm fluência em LIBRAS, mas conseguem compreender o que lhes é dito se condições ótimas de leitura-oro-facial lhes forem oferecidas. Este é um trabalho que os intérpretes devem propiciar aos Surdos que freqüentam a Universidade, assim como o conhecimento pelo professor da particularidade de funcionamento desses alunos.

Portanto, é necessário que todas as facetas dos Surdos que freqüentam a Universidade sejam compreendidas para que a inclusão seja real.

Com relação aos intérpretes, sabemos que a sua presença na sala de aula é assunto complexo que necessita ser muito bem estruturado dentro da Universidade, mas consideramos que os intérpretes necessitam de uma base de apoio bem estabelecida onde possam colocar suas dúvidas, seus problemas e onde se possam buscar soluções que façam com que as necessidades dos Surdos sejam amplamente contempladas. Além disso, há a necessidade de uma ação integrada entre os intérpretes e os professores dos diferentes cursos para que a educação possa ocorrer de forma plena.

É necessário que se torne claro para todos os elementos envolvidos no processo de inclusão de alunos Surdos na Universidade que, com relação ao Surdo, estamos lidando com a linguagem em

suas diferentes formas de expressão, sejam elas a comunicação ou a expressão escrita. Saber como lidar com o intérprete na sala de aula é condição necessária e imprescindível para que uma proposta de inclusão como esta se dê de forma integrada e possível de ser realizada. Compreender a forma particular que o aluno Surdo tem para se expressar na linguagem escrita é outra prioridade nesse trabalho. Além disso, deve-se discutir com o professor quais as formas mais efetivas para que o aprendizado se dê de forma real.

2. Objetivo

O objetivo desse trabalho foi verificar se a inclusão do Surdo na Universidade exigida pelo governo por meio do decreto número 5.626 (22.12.05), que regulamenta a lei sobre a língua de sinais (Lei Federal nº10436, de 24/04/2002) e a Lei de Acessibilidade (nº. 10.098 de 19.12.00) está sendo cumprida, realizando uma reflexão sobre o que foi observado após um ano de atuação numa Universidade com alunos Surdos inclusos e propondo ações que possam ajudar para que essa inclusão ocorra de forma real.

3. Metodologia

Foram elaborados questionários que foram respondidos por Surdos, intérpretes e professores envolvidos com os alunos Surdos incluídos numa Universidade em São Paulo. Posteriormente esses dados foram avaliados, procurando-se compreender, por meio da análise de suas respostas, baseando-se na Análise de Discurso de Bardin (1977), o que ocorre na Universidade com relação à inclusão dos Surdos que a frequentam. As respostas de todos os entrevistados foram transcritas e analisadas, sendo que as expressões recorrentes que levavam à possibilidade de se compreender o que os diversos

segmentos desejavam expressar com relação à inclusão dos Surdos na Universidade foram colocadas como unidades de análise.

4. Resultados

4.1. Com relação aos professores

Os professores entrevistados pertenciam a cinco cursos/Faculdades: Artes do Corpo, Pedagogia, Matemática, Administração e Direito, e foram em número de dezenove.

Num primeiro momento tínhamos como forma de obtenção de dados o desejo de agendarmos reuniões com os professores. Entretanto, percebemos que era muito difícil conseguir-se agendar reuniões com os mesmos para a discussão dos aspectos relacionados à inclusão dos alunos Surdos. Isso parece se dar por falta de conscientização dos mesmos com relação ao seu papel na inclusão desses indivíduos, falta de tempo para reuniões e principalmente falta de conhecimento sobre um serviço que esteja verdadeiramente voltado para apoiar tanto os surdos como os professores. Entretanto, por meio de outras estratégias, como por *e-mail*, foi possível conseguir-se informações que nos levaram a analisar a situação do Surdo e do professor na Universidade. Dessa forma conseguimos dados dos 19 professores de diferentes cursos.

O questionário aplicado constou das seguintes questões:

- O aluno Surdo que você tem na sala de aula está integrado com os outros alunos?
- Como foi feita a inclusão desses alunos na sala de aula? Vocês receberam algum tipo de orientação?
- Quais as maiores dificuldades encontradas com relação ao aluno Surdo incluído?
- Como está sendo o aproveitamento acadêmico do aluno Surdo incluído?

- Qual o contato dos professores com os alunos Surdos fora do horário de aula?
- Qual o contato dos professores com os intérpretes?
- O que você gostaria de sugerir com relação aos alunos Surdos incluídos?

A partir das respostas dos professores e para melhor análise dos dados, reunimos os mesmos sob a forma de expressões-chave que serão apresentadas a seguir.

5. Integração e Orientação

Com relação à integração várias colocações foram feitas: o aluno participa da mesma forma dos colegas desde que a disciplina ministrada não utilize como ferramenta o debate em sala de aula. A integração é vista em alguns casos como algo presente na relação de amizade com os colegas, mas não existindo participação na aula, o que corrobora o que os intérpretes colocam em suas respostas. Para um dos professores, o lugar ocupado pelo aluno Surdo em sala de aula, na frente e em contato direto com o intérprete, poderia restringir o contato do aluno com o resto da classe. Consideramos que se a inclusão for bem feita e os alunos ouvintes conscientizados do que é ter um colega Surdo em sala de aula, isso não impediria a integração do aluno Surdo com o resto da turma.

No caso de alunos Surdos na mesma sala o que acontece é a integração maior entre eles do que com os alunos ouvintes o que é perfeitamente natural se pensarmos no compartilhamento de uma mesma língua e a falta de orientação e sensibilização com os colegas ouvintes.

Há um relato de nenhuma integração do aluno Surdo com seus colegas, seja dentro ou fora de aula (pelo menos que o professor tenha observado).

Nenhum professor relata ter sido orientado com relação a como agir com o aluno Surdo e todos relatam contar com o intérprete para lidar com o aluno Surdo, apesar de não ter nenhum contato formal ou fora da aula com o mesmo. Os professores mostram preocupação com relação a esse aspecto e desejo de ter maiores informações. O aluno Surdo foi visto uma vez como exigente demais consigo mesmo e com os outros, o que para um dos professores exprime a sua maior dificuldade.

Alguns professores chegam a relatar o estranhamento que tiveram quando entraram na sala no primeiro dia de aulas e encontraram um “aluno” que se sentava de costas para o professor. Só após pedir para esse “aluno” se virar é que descobriram que ele era um intérprete e que havia um aluno Surdo em sala.

Os professores não sabem se têm que falar mais lentamente por conta do intérprete e relatam dificuldade no início, pois tentam falar mais devagar, mas depois de um tempo esquecem e falam mais rápido. Eles colocam que alguns dos intérpretes pedem para falarem normalmente. Em nenhum momento foi pedido aos professores para esperarem os alunos anotarem o que estava escrito na lousa antes de continuarem a sua explanação. Isso ajudaria os alunos Surdos que não podem se dedicar a duas atividades visuais ao mesmo tempo (olhar o intérprete e copiar da lousa).

5.1 Inclusão

Para todos os professores, o fato do aluno Surdo estar em sala de aula foi uma surpresa, não houve nenhuma preparação ou conscientização com relação à presença desse aluno. O intérprete é considerado parte importante do processo de inclusão. Ele é tido até como um profissional muito paciente, dadas as condições de trabalho.

Alguns professores elogiam a atuação do intérprete que, em alguns casos, buscam realmente levar ao aluno Surdo todas as informações do que acontece em sala de aula.

Existe no discurso de todos os professores uma preocupação muito grande com a inclusão real desses alunos e a reclamação

constante de não saberem o que fazer e como agir. Existe uma demanda que deve ser tomada como algo a ser resolvido pela Universidade.

5.2 Dificuldades

Como explicitado anteriormente, os professores relatam que a dificuldade maior se relaciona a não saber como agir em relação ao aluno Surdo. Eles não sabem se tratar o aluno Surdo da mesma forma que os outros não é uma forma de discriminação, pois não lidam com as dificuldades, até por não saberem como fazer. Para um dos professores, o aluno Surdo parece não se esforçar para compreender o que se passa, parecendo não estar feliz em estar lá. Para o professor às vezes é difícil compreender o que acontece com o aluno Surdo pela falta de informações. Para um dos professores o tempo do aluno é diferente dos demais e esse professor em particular se preocupa em sentar com o aluno para explicar melhor o conteúdo, mas isso só é possível porque esse professor ministra aula teórico-prática, o que facilita esse tipo de abordagem. Claro que a disponibilidade do professor também ajuda muito.

Um professor relata que: “Não tenho como saber se o que está sendo interpretado corresponde ao que está sendo passado à classe, principalmente porque o intérprete não tem conhecimento da matéria (e nem teria obrigação de ter)”. Isso aparece em outras palavras no discurso de outros professores que não entendem como o intérprete pode estar interpretando assuntos desconhecidos para ele. Percebe-se aqui a necessidade de um contato maior entre intérpretes e professores, para que ambos possam trocar informações e talvez, pensar em estratégias conjuntas que poderiam favorecer o aprendizado do aluno Surdo.

Desde que o aluno Surdo não conta com a presença do intérprete fora de sala de aula alguns professores relatam problemas de comunicação com os alunos Surdos fora de sala de aula para orientar trabalhos e atividades. Talvez devêssemos contar com o intérprete para esses momentos também, apesar dos intérpretes perceberem

que os professores não procuram os alunos. A partir desses dados, tentamos orientar os alunos no sentido deles procurarem os professores, pois consideramos que um movimento desse tipo por parte dos alunos Surdos poderia começar a modificar o quadro geral da inclusão dos Surdos na Universidade.

Os professores se mostram desorientados quanto à efetividade da didática utilizada em sala de aula para a aprendizagem do aluno Surdo, bem como em relação aos critérios de avaliação.

O uso de filmes não legendados isola o aluno e o professor, a princípio, não percebe a inadequação do material, por não ter sido alertado quanto a esse fato. Isso leva, na palavra dos professores, a uma situação de extremo desconforto e percepção de inadequação que é muito constrangedora para ele.

No discurso de um professor aconteceu exatamente isso:

Tivemos uma aula onde assistimos a um vídeo sobre o tema que estava sendo discutido. Como o áudio era em português, não havia legenda, o que dificultou o trabalho da tradutora e a compreensão do aluno. Foi um evento isolado, mas demonstra o quanto alguns recursos não são adequados para a inclusão.

O próprio professor passa a perceber as situações inadequadas, mas isso poderia ser evitado com um trabalho de conscientização.

5.3 Aproveitamento Acadêmico

Com relação à participação dos alunos fica clara a não participação dos alunos Surdos na sala de aula, o que já foi relatado no discurso dos professores. O aproveitamento acadêmico dos alunos foi considerado ruim pela maioria dos professores, ainda que alguns (poucos) relatem aproveitamento dentro da média. O rendimento ruim se deve, em parte, à questão pouco ventilada relacionada à escrita dos alunos Surdos. A população Surda, em grande parte,

tem uma escrita ruim e isso não se refere apenas à população brasileira, mas aos Surdos do mundo inteiro. Muitas são as razões apontadas para justificar esse fato, mas a realidade é que a leitura e a escrita dessa população, muitas vezes, não seguem as regras do português. Isso gera enormes controvérsias, sendo que parte da liderança Surda pede que a sua forma de escrita, conhecida como “português Surdo” seja reconhecida e aceita. Por conta disso, soa “politicamente incorreto” não aceitar a forma que eles têm de se expressar por escrito em português. O que acontece de forma prática é que os professores não sabem o que fazer com esse português que não segue as regras estabelecidas. Essa é uma das razões dos professores considerarem que o rendimento acadêmico dos alunos é ruim. A pergunta que se deve fazer é: “É o português ruim que torna seu rendimento acadêmico fraco ou o aluno Surdo realmente não está conseguindo se sair bem na Universidade? Se ele fosse avaliado por meio da língua de sinais ele se sairia melhor? Esse tipo de avaliação pode ser aceito pela Universidade?” Retornaremos a essa questão posteriormente.

5.4 Contato do Professor com o Aluno

A maioria dos professores relata não haver nenhum contato dos professores com os alunos fora do horário de aula. Parece que o aluno não se sente confortável em procurar o professor e muitas vezes ele não conta com a ajuda do intérprete nesse horário para intermediar a conversa que poderia esclarecer dúvidas ou ampliar o conhecimento do aluno. Alguns professores relatam atender ao aluno Surdo sempre que solicitado.

5.5 Contato do Professor com o Intérprete

Os professores relatam não haver contato algum com os intérpretes. Eles dizem nem ao mesmo saber qual a função do intérprete, que só é percebida como uma tradução quando se iniciam as aulas. Os professores não sabem dizer se o intérprete ajuda ou não

o aluno Surdo com relação às dúvidas. Um dos professores relata ter um ótimo contato com o intérprete dizendo até que o intérprete parece ter mais interesse do que o aluno, o que mostra que muitas vezes o intérprete é que tenta resolver os problemas vividos pelos alunos Surdos. Para outro professor, o contato com o intérprete é grande, mas logo após a aula e de forma rápida. Esses encontros tiveram como objetivo esclarecer atividades a serem desenvolvidas extra-classe. Seria importante se houvesse um tempo maior para que esse tipo de orientação pudesse ser mais bem aproveitada.

Um dos professores, porque assim o quis, procurou o intérprete logo após a aula quando discutia situações extra-sala. Esse professor chegou a aprender alguns Sinais de Libras. Isso demonstra que o interesse do professor e do intérprete pode modificar as relações e enriquecer o próprio professor.

5.6 Sugestões

Os professores sugerem que algum tipo de orientação deveria ser dada com relação a como lidar com o aluno Surdo. Alguns sugerem a elaboração de algum material escrito que favorecesse a compreensão e a tomada de atitudes com relação ao aluno Surdo incluído. Há também demanda de explicações mais aprofundadas sobre o papel do intérprete, a relação dele com o aluno e com os outros alunos.

Os professores mostram descontentamento com o rendimento e o background acadêmico dos alunos. Para alguns professores, tratar o Surdo de forma diferenciada, pela singularidade pode até mesmo atrapalhar o processo educacional dos alunos. Percebe-se em alguns professores que eles não têm certeza de que o aluno sabe a razão de estarem no curso escolhido. Isso parece refletir as dificuldades que os alunos estão experimentando na Universidade.

Para alguns professores seria importante a organização de uma reunião junto aos intérpretes no começo do semestre e que as orientações abordassem questões específicas sobre as aulas ministradas. Essa última demanda parece estar presente em decorrência da difi-

culdade de compreensão dos alunos quanto ao conteúdo ministrado.

Um dos professores faz uma sugestão que nos parece bastante importante:

Não sei se há disponibilidade de tempo dos intérpretes ou do aluno, mas um período maior de contato entre ambos, fora da sala de aula, poderia levar o aluno a ter maior aproximação com seus colegas a partir da sua introdução junto ao grupo por intermédio do intérprete.

Sabemos das dificuldades de tempo e de tipo de contrato do intérprete, mas se desejamos uma inclusão real do Surdo, aspectos como esse deveriam ser considerados.

Um dos professores pede suporte sobre técnicas educacionais específicas para os alunos e nos conta que seria importante ter um *feedback* do aluno quanto a didática usada, mas para tanto o professor precisaria da ajuda do intérprete.

Alguns professores se mostraram interessados em aprender Libras, o que seria muito proveitoso para os alunos Surdos incluídos. Mesmo que o aprendizado de Libras não possa ser obrigatório, seria importante que a Universidade pudesse incentivar os professores a fazê-lo, desde que a DERDIC² organiza o processo de ensino de Língua de Sinais. Talvez a formação de grupos de professores na própria Universidade em dias de reunião das Faculdades pudesse facilitar a formação de grupos.

6. Com relação aos intérpretes

Da mesma forma como relatado anteriormente, desejávamos, num primeiro momento, realizar entrevistas com os intérpretes. Isso também se mostrou inviável, razão pela qual, da mesma forma descrita com os professores elaboramos um questionário que foi respondido por *e-mail*.

O questionário dirigido aos intérpretes realizava as seguintes indagações:

- O aluno Surdo que você tem na sala de aula está integrado com os outros alunos?
- Como foi feita a inclusão desses alunos na sala de aula? Vocês receberam algum tipo de orientação?
- Quais as maiores dificuldades encontradas com relação ao aluno Surdo incluído?
- Como está sendo o aproveitamento acadêmico do aluno Surdo incluído?
- Qual o contato dos professores com os alunos Surdos fora do horário de aula?
- Qual o contato dos professores com os intérpretes?
- O que você gostaria de sugerir com relação aos alunos Surdos incluídos?

Conseguimos contato com 3 intérpretes.

As respostas dos intérpretes mostram que, segundo a opinião desses profissionais, os alunos Surdos não estão integrados, não tendo havido nenhum tipo de orientação em relação à inclusão dos mesmos dentro da sala de aula. Além disso, os intérpretes relatam que as atividades desenvolvidas em sala de aula não foram adaptadas para os Surdos, como por exemplo: apresentação de filmes sem legendas, atividades de música, dança e relaxamento que dependiam inteiramente da audição. Os intérpretes relatam que não existe agendamento de horários extras com os professores para discussão das dificuldades encontradas. As sugestões dos intérpretes revelam a importância de sensibilização dos professores conscientizando-os das peculiaridades dos alunos Surdos e das necessidades específicas desse tipo de população. Para os intérpretes, é necessário que os professores tenham consciência da necessidade de usar filmes legendados e de que os materiais usados em sala de aula sejam adaptados. Os exemplos dados vão desde o fato de que

o aluno Surdo não tem como anotar da lousa, pois deve olhar o intérprete e o professor não dá tempo para o aluno copiar, falando ao mesmo tempo até conteúdos que estão verdadeiramente fugindo da compreensão do aluno e que pode ser percebido pela sua expressão facial e que deveriam ser retomados pelo professor.

Os intérpretes relatam que são raras as ocasiões em que foram procurados para interpretar fora do horário de aula ou logo após a aula em que o professor poderia desejar esclarecer algo para o aluno Surdo ou que o aluno Surdo poderia desejar fazer uma pergunta sobre algo que não havia entendido.

Um dos intérpretes nos relata uma situação em que o aluno Surdo obviamente não compreendeu quando o professor fala de “Estado laico”. O intérprete procura o aluno no intervalo da aula e pergunta se ele havia entendido o que o professor havia dito. O aluno relata que não e pergunta ao intérprete o que seria “Estado laico”. O intérprete, consciente de seu papel, pede para o aluno perguntar ao professor. O aluno diz que não tem coragem. Na segunda parte da aula o aluno Surdo não pergunta, mas um aluno ouvinte o faz, pois também não sabia o que era “Estado laico”. O professor explica e o aluno surdo mostra que compreendeu o que o professor elucidou. Frente a essa situação, o intérprete procura o aluno Surdo e mostra para eles como as perguntas podem e devem ser feitas e que não é só o aluno Surdo que não entende alguns conteúdos, palavras ou expressões. O aluno Surdo sorri envergonhado, mas o intérprete percebe que em outras situações o aluno passa a perguntar para o professor, mesmo que isso não venha a acontecer sempre.

Esse mesmo intérprete nos questiona sobre um assunto muito importante: é papel do intérprete fazer esse tipo de intervenção com o aluno Surdo incluído na Universidade? De quem é esse papel? O professor não deveria estar atento às dificuldades demonstradas pelos alunos Surdos e incentivar os alunos a perguntarem? Consideramos que isso deveria ocorrer, mas que só pode acontecer se houver um trabalho integrado com esses professores aonde eles

mesmos poderiam esclarecer as suas dúvidas e as suas possibilidades de atuação na sala de aula com o aluno Surdo.

Pelo tipo de discurso feito pelos intérpretes e pelas dificuldades levantadas junto aos professores e alunos Surdos, fica a questão: qual é o papel do intérprete? Ele não poderia ser um facilitador das relações entre os próprios alunos?

Fica claro, no discurso dos intérpretes que os papéis devem não apenas ser passados como regras a serem seguidas, mas discutidos amplamente para que tanto alunos como professores e intérpretes possam saber o que fazer e como fazer.

7. Com relação aos alunos surdos

Os alunos Surdos tiveram maior disponibilidade para agendar reuniões, mas, para mantermos a mesma sistemática adotada com professores e alunos, pedimos a resposta a um questionário, que foi realizada presencialmente ou enviada por *e-mail*.

O número de Surdos que freqüentaram efetivamente a Universidade nesse período foi de 8 (oito) alunos, sendo que conseguimos ter contato com 6 (seis) deles.

7.1 Questionário para os alunos Surdos

- Como foi a sua entrada na Universidade?
- O que poderia ter sido feito e não foi feito?
- Você acha que o intérprete ajuda no seu dia-a-dia escolar?
- Como o intérprete poderia ajudar mais?
- Você entende o que o professor explica?
- Quando você tem dúvidas você tem a possibilidade de perguntar e ter a sua dúvida solucionada?
- Quais as suas sugestões para uma melhor inclusão do Surdo na Universidade?
- O que você gostaria de falar para seu intérprete?
- O que você gostaria de falar para seus professores?

7.2 Entrada na universidade

Os alunos Surdos relatam que não há uma preparação para sua entrada na Universidade. Quando chegam na sala de aula é o intérprete que lhes explica como irá funcionar o esquema de intérprete em sala de aula. Muitos dos Surdos já conhecem o esquema, mas alguns nunca puderam contar com o intérprete em sala de aula e essa é uma situação muito nova. Eles percebem que os professores se sentem não confortáveis com a presença do intérprete, assim como os demais alunos, que aparentam não entender o que está acontecendo. Eles mesmos, no início, não sabem se podem ou não interromper o professor e acabam ficando com dúvidas, muitas vezes por vergonha.

Os alunos percebem que os professores não têm informações sobre como o Surdo se relaciona com o mundo (de forma visual) e que o intérprete ajudou nessa compreensão.

7.3 Sugestões

As sugestões dadas são as mesmas dadas no primeiro bloco de respostas e que se encontram anteriormente neste trabalho.

Alguns alunos consideram importante um contato maior dos professores com os intérpretes para que esses últimos possam saber mais a respeito do assunto tratado em sala de aula e para que possam “estudar” os Sinais correspondentes a termos específicos.

7.4 Intérprete

Para todos os alunos Surdos o intérprete é figura essencial no seu dia a dia acadêmico. Eles não podem nem ao menos imaginar como fariam sem o intérprete na sala de aula. Para alguns, seria importante que o intérprete conhecesse melhor o assunto a ser interpretado para que pudesse fazer a interpretação de forma mais fluída.

Há alguns relatos (ainda que não de todos os Surdos) de que às vezes eles têm a sensação de que o intérprete resume o que o pro-

fessor falou. Eles percebem isso porque o professor faz um longo discurso e o intérprete faz poucos Sinais. Além disso, muitas vezes o professor escreve na lousa algo que não foi dito pelo intérprete e que parece ser um conceito importante.

Um problema bastante relatado diz respeito à mudança de intérpretes no decorrer do Curso. Eles gostariam, na medida do possível, que os intérpretes fossem mantidos, porque se habitua a eles que passam a conhecer seu “jeito” e a melhor forma deles compreenderem. Sabemos que isso pode ser impossível, muitas vezes em razão dos intérpretes pararem de trabalhar na universidade, mas consideramos esse pedido bastante razoável se for exequível.

7.5 O professor

Para a maioria dos Surdos os professores se esforçam muito para passar informações para os alunos Surdos, mesmo não sabendo Libras. Mas, os alunos percebem total desconhecimento por parte dos professores de como o Surdo aprende, das dificuldades que eles possam ter com relação ao português, da necessidade do aluno Surdo ter acesso a material pedagógico anterior à aula.

A questão dos filmes não legendados também foi levantada, o que trouxe angústia e desconforto aos alunos.

Para os alunos Surdos, o professor deveria respeitar as dificuldades de escrita do Surdo. Esse é um assunto muito polêmico que já levantamos acima e a que retornaremos ao final desse artigo.

7.6 Orientações

Buscamos, no decorrer da pesquisa, orientar os alunos no sentido de que buscassem junto aos professores respostas para suas perguntas e dúvidas, assim como requisitassem tudo que consideravam importante para realizarem suas atividades acadêmicas. Sentimos que para alguns alunos isso é possível, mas muitos se sentem incomodados em ter que tomar essa atitude. Enfatizamos o papel do intérprete como elemento de ligação importante entre

eles e o professor. Parece-nos que a relação com o intérprete é em geral muito boa e que os intérpretes estão fazendo o possível para solucionar os problemas enfrentados pelos Surdos.

Colocamo-nos à disposição de professores e intérpretes para solucionar problemas e discutir dúvidas, mas parece que essa não é uma função que eles pudessem atribuir a nós, desde que a DERDIC é que é, para eles, o departamento responsável por esse assunto na Universidade, mesmo que não o realize. Parece-nos que, desde que esse tipo de orientação e acolhimento nunca foi feito na Universidade. Apesar de termos alunos surdos incluídos há bastante tempo, não se criou a tradição de se contar com esse tipo de serviço. Nada impede que ele possa se iniciar agora, desde que quem for realizar esse tipo de atividade seja investido de autoridade e autorização para fazê-lo.

8. Algumas considerações

A unidade acadêmica que se mostrou mais mobilizada para compreender e fornecer informações sobre os alunos Surdos incluídos foi a de Ciências Contábeis em que os professores se mostraram preocupados em entender assuntos relacionados ao aluno. Tanto os alunos, como os professores se mostraram mais disponíveis para prestarem informações e se disporem a uma interlocução com a pesquisadora. Os intérpretes não eram dessa unidade. Artes do Corpo também se mostrou bastante mobilizada. É interessante observar que os alunos e professores desses dois cursos se mostraram muito envolvidos com esse projeto.

Parece-nos importante salientar que a verdadeira inclusão só pode se dar se todos estiverem envolvidos no processo e os dados, ainda que de um pequeno número de sujeitos pesquisados, demonstra que quando um dos lados se envolve e se interessa (no caso, os professores) os outros envolvidos (alunos) também se sentem mais motivados a procurar ajuda e trabalhar para chegar a soluções aos problemas enfrentados.

Os alunos Surdos requisitaram alguns itens específicos que elenco abaixo:

- Necessidade de ter material escrito do conteúdo das aulas dadas.
- Necessidade de ter apoio visual nas aulas (Power Point Presentation, transparências, etc.).
- Possibilidade de ter acesso ao material anteriormente à aula para poderem seguir melhor o que lhes é passado.
- Maior flexibilidade do professor com relação à correção das provas em razão da escrita do português como segunda língua.
- Sentimento de que os professores não conhecem os Surdos e se sentem incomodados com a sua presença.
- Possibilidade de realizar as provas em LIBRAS com a ajuda do intérprete.
- Falta de conhecimento do intérprete do assunto a ser interpretado na aula.

9. Conclusão

De acordo com os dados coletados concluímos que se as universidades desejam fazer cumprir a lei de forma que uma real inclusão venha a acontecer é necessário que exista uma pessoa encarregada da inclusão dos Surdos na Universidade em todas as instâncias: Surdo – Intérprete – Professor. Esse profissional deve ter vasto e profundo conhecimento da questão educacional do Surdo, das questões relacionadas à língua e a Libras e à escrita do português como segunda língua. Além disso, é recomendável que esse profissional saiba Libras para que possa ter um caminho fácil e fluído de comunicação com os alunos Surdos.

Dada a necessidade de intercâmbio de informações que se mostrou crucial para a real inclusão do Surdo, vemos como condição

imperativa que o Intérprete tenha uma carga horária mais estendida para que possa atender os professores e os alunos em suas atividades extra-classe.

É importante salientar a necessidade de se realizar uma discussão ampla com relação às dificuldades de português apresentadas pelos alunos Surdos (ainda que não todos, mas de qualquer forma, a maioria). Esse é um assunto de grande impacto atualmente que muitos profissionais da área da surdez evitam dar opinião frente à questão política que se coloca. De maneira bem simples o que se encontra hoje em dia no discurso de muitos profissionais é que o Surdo não tem culpa de não ter aprendido a língua escrita. A culpa é do sistema educacional que não soube realizar bem a sua função. O resultado seria a aceitação do português “Surdo” em que o que seria avaliado seria o conteúdo e não a forma. Além disso, se espera que o aluno Surdo possa fazer a avaliação em língua de sinais. Essas não são questões simples e não devem envolver apenas a opinião de Surdos e/ou de um profissional. É uma questão complexa que merece reflexão e discussão ampla entre profissionais da área. A partir dessa discussão, a Universidade deverá adotar uma sistemática de trabalho em que essa forma de expressar o português Surdo será ou não aceita, assim como a possibilidade de realizar as provas em Libras. Essa decisão será então passada para todos os envolvidos, inclusive aos alunos antes de prestar vestibular. Todos têm que estar cientes das exigências: Surdos, Intérpretes e Professores para que mal entendidos sejam evitados e para que o melhor possa ser feito para que uma real inclusão aconteça. A falta de conhecimento do professor pode levar àquilo que não desejamos para nenhuma universidade: a inclusão perversa que finge que inclui para apenas cumprir o papel de dar um certificado que pouca serventia terá para um profissional despreparado.

Como nos dizem Harrison e Nakasato (2006) num trabalho que analisam as questões ligadas ao Surdo na universidade:

A universidade, como um dos centros privilegiados de saber, deveria estar atenta às questões da diversidade e à necessidade de se tomar as diferentes práticas sociais como fundamentais para o processo de construção de novas práticas educacionais. (p.72)

Nos Estados Unidos encontramos um respaldo bastante grande para que os alunos Surdos possam ser capazes de ler e escrever na língua inglesa, sendo que o Departamento de Inglês da Gallaudet University (NICKERSON, J., 2003) desenvolve um trabalho que incentiva os alunos a desenvolverem proficiência em inglês de forma a poderem compreender uma grande gama de gêneros escritos de forma a poderem ser independentes na sua vida acadêmica.

Para eles, os alunos Surdos que desejam cursar a Universidade devem ter domínio do inglês lido e escrito. Eles acreditam que a leitura de material em inglês é essencial para o acúmulo de conhecimentos e a formação de uma mente crítica. Da mesma forma, a escrita do inglês formal é importante para passar informações e formar opiniões.

Depender do outro para refazer a escrita do inglês é perpetuar a dependência a que o Surdo foi assujeitado no decorrer dos séculos. A independência passa pelo domínio da língua majoritariamente usada no país. Eles esclarecem que isso não retira a importância da língua de sinais e da cultura Surda, mas que leva os sujeitos a poderem ser atuantes de forma significativa no mundo dos ouvintes.

Na verdade, muitos Surdos chegam às Universidades nos Estados Unidos com um domínio incompleto do inglês, da mesma forma que no Brasil, razão pela qual eles têm a possibilidade, dentro da Universidade, de melhorarem suas habilidades lingüísticas por meio de cursos especiais de inglês como segunda língua por um ano antes de iniciarem os cursos nas Faculdades por eles escolhidas. O objetivo desses cursos é melhorar a leitura e a escrita de textos acadêmicos. Ainda enquanto frequentam os cursos, esses alunos podem contar com auxílio em textos em inglês para que

possam ter habilidades lingüísticas adequadas para seguirem sua carreira, acadêmica ou não. Esse sistema também é adotado na Colômbia, também sob a formatação de um ano de curso de língua escrita antes da entrada formal nas faculdades.

Esse tipo de sistemática poderia ser adotado pelas Universidades brasileiras. Reiteramos que, para uma inclusão verdadeira, é necessário o esforço de todos os envolvidos ainda que isso tenha um custo para a Universidade.

Outro aspecto de grande importância é o aquele relacionado ao intérprete. Encontramos, nessa pesquisa, que se considerava que a simples presença de intérpretes na sala de aula seria suficiente para que os problemas dos Surdos na universidade fossem resolvidos. Demonstramos que isso não é verdade. O que é necessário é uma atuação muito mais ampla. Não é apenas uma questão de língua que está em pauta, mas muitos outros fatores que passam, em primeiro lugar, pelo respeito pela diferença.

Temos certeza de que muitas Universidades no Brasil atualmente realizam um trabalho consciente de inclusão, mas muito há ainda a ser feito e acreditamos que os dados aqui apresentados poderão ser úteis para uma discussão profunda entre os envolvidos que poderá melhorar ainda mais o cenário da inclusão de Surdos na Universidade brasileira.

Notas

1. FENEIS – Fundada em 1987 - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - entidade filantrópica, sem fins lucrativos, tem finalidade sócio-cultural, assistencial e educacional e tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da Comunidade Surda Brasileira. É filiada à Federação Mundial dos Surdos.

2. Deric: Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação. Unidade Suplementar da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP, que possui Clínica para atendimento de alterações de audição, voz e linguagem, e Escola Especial para Surdos.

Bibliografia

ANDERSSON, Y. Deaf People as a Linguistic Minority. In: Ahlgren, I.; Hyltensam, K. (eds.): *Bilingualism in Deaf Education - International Studies on Sign Language and Communication of the Deaf*. Hamburg: Signum Press, 1994.

BRASIL. *Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato200406/2005/decreto/d5626.htm Acessado em 20 de maio de 2009

BRASIL. *Lei Federal nº10436 de 24 de abril de 2002*. Disponível em: <http://www.fiemg.com.br/ead/pne/leis/10436.PDF> Acessado em 20 de maio de 2009

BRASIL. *Decreto Federal no. - 5.626 de 22 de dezembro de 2005*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L10098.htm> Acessado em 20 de maio de 2009.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

HARRISON, K.M.P. e NAKASATO, R. Educação universitária: reflexões sobre uma inclusão possível. In: Lodi,Harrison e Campos (org) *Leitura e escrita no contexto da diversidade*. Editora Mediação. Porto Alegre, 2006.

LACERDA, C. B. F. de; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. P (orgs.) *Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngüe*. São Paulo: Editora Plexus, 2000.

LACERDA, C. B. F. de O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: Refletindo sobre limites e possibilidades. In: A. C. B. Lodi; K. M. P. Harrison; S. R. L. de Campos; O. Teske (org.) *Letramento e Minorias*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2002.

LODI, A.C.B. *A leitura como espaço discursivo de construção de sentidos: oficinas com Surdos*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

MOURA, M.C. *O Surdo – Caminhos para uma Nova Identidade*. Rio de Janeiro, Revinter: 2000.

NICKERSON, J.F. Deaf College Students' Perspectives on Literacy Portfolios *American Annals of the Deaf* 148.1 (2003) 31-37.

QUADROS, R. M. *Educação de Surdos: Aquisição de Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. *Desenvolvimento lingüístico e educação de surdos*. 1. ed. Santa Maria: UFSM - MEC, 2006.

_____. ; PERLIN, Gladis (Org.) . *Estudos Surdos II*. 1. ed. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2007.

_____. (Org.) . *Estudos Surdos III*. 1. ed. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008.

_____. (Org.) . *Estudos Surdos IV*. 1. ed. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008.

_____. ; Vasconcellos, M. L. B. de (Org.) . *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais*. 1. ed. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008.

STOKOE, W. *Sign language structure: an outline of the visual communication systems of the american deaf*. Second Edition, revised. Silver Springs, Maryland: Linstok Press, 1960/1978.

YOSHIOKA, Maria Cristina da C.P.; SPINELLI, Mauro; TEIXEIRA, Vera R.V.; MOURA, Maria Cecilia. Utilização de comunicação total em sujeitos com deficiência auditiva severa. In: PAIVA, Antônio F. de; SPINELLI, Mauro; VIEIRA, Suzana (Orgs.). *Distúrbios da Comunicação: Estudos Interdisciplinares*. Coleção Educação Contemporânea. Série: Educação Especial. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. p.147-188.